

43 de Ética, relata que o documento foi lido na reunião da Comissão de Ética e ela
44 entendeu que a indicação da mesa diretora no segmento usuário transcorreu na
45 mais perfeita ordem, foi online e disponível para que todos se manifestassem, não
46 houve manifestação, então esse item foi descartado pela comissão. Outra questão
47 é que a comissão chegou à conclusão de que a substituição de um conselheiro
48 cabe exclusivamente a entidade, se a entidade fez de forma correta o CMS não
49 tem alternativa de fazer a gerência da entidade, pois a entidade deve ter feito uma
50 reunião e entre o seu colegiado optado por substituir o conselheiro, logo, não é
51 prerrogativa da comissão entrar na demanda da entidade, diante disso tudo, a
52 comissão concluiu que não havia indícios para abertura de processo para
53 sequência nos trabalhos e aprovou de forma unânime o arquivamento do caso. A
54 conselheira **Joelma Carvalho** (17ª RS) diz que no tocante ao questionamento do
55 Lincoln, o documento encaminhado para a Comissão de Ética era a respeito da
56 substituição do João Victor, o fato citado pelo Lincoln não chegou até a comissão
57 por escrito, então a comissão analisou o que foi enviado a ela e neste caso não
58 cabia a comissão ou ao CMS tomar providências, pois diz respeito a autonomia da
59 própria entidade de indicar representantes ao conselho. O conselheiro **Lincoln**
60 **Ramos e Silva** questiona a Joelma se estão falando do mesmo documento, pois
61 o que chegou na executiva tratava de 3 assuntos, o primeiro era da substituição
62 do João Victor, mas a comissão já disse que arquivou então não há o que falar
63 mais sobre isso, mas no documento ele ainda fazia duas acusações, uma que
64 determinada pessoa acusava esta executiva de conchavo e que ele teria provas e
65 ainda que teria uma pessoa no conselho representando duas entidades no
66 conselho, então a comissão deveria ter pelo menos solicitado provas a ele sobre
67 isso que ele está falando. O conselheiro **Ângelo Barreiros** diz que a comissão
68 não viu nenhum indício de irregularidade em relação à indicação do segmento
69 para a mesa executiva, falar todo mundo fala. Com relação a pessoa estar
70 representando mais de uma entidade, também não é relevante, pois dentro do
71 CMS ela representa uma entidade e é presidente de outra, uma coisa não tem
72 nada a ver com a outra, por exemplo, é diretor da UNIMOL e da CONAM, nada
73 impede que atue nas duas, então, o fato da pessoa ter mais de um compromisso
74 social não é prerrogativa para impedimento de participação, a entidade é que
75 comanda e é um processo democrático. Seguindo os trabalhos passa-se a pauta
76 **“Demanda De Conselheiros/Comissões”**. O conselheiro Edvaldo Viana propõe
77 que a partir do próximo mês a reunião do CMS passe a ser de forma híbrida, quem
78 quiser participar de forma presencial comunique antecipadamente a secretaria do
79 CMS e quem não quiser participe de forma online. A 1ª vice-presidente do
80 conselho **Vaine Terezinha Pizzoloto Marques** afirma que para isso será preciso
81 verificar a disponibilidade de local. O conselheiro **Jurandir Rosa Pinto** concorda
82 com o encaminhamento do conselheiro Edvaldo Viana. O conselheiro **Ângelo**
83 **Barreiros** lembra que o corona vírus está em alta e é preciso tomar todas as
84 precauções necessárias, por isso prefere sempre fazer as reuniões online e
85 presencial somente em último caso quando não há alternativa, pois o vírus está ai

86 e a covid não acabou ainda, então vai demorar muito para voltar aos velhos
87 tempos, se é que vai voltar mesmo. A 1ª vice-presidente do conselho **Vaine**
88 **Terezinha Pizzoloto Marques** lembra que a reunião seria híbrida. O conselheiro
89 **João Martins** diz que é contra qualquer forma de reunião presencial, pois entende
90 que não há condições de fazer uma reunião presencial. A 1ª vice-presidente do
91 conselho **Vaine Terezinha Pizzoloto Marques** diz que a participação presencial
92 seria uma escolha de cada conselheiro. O conselheiro **Luiz Koury** diz que
93 gostaria muito de volta a ter reuniões presenciais, não é contrário a proposta, mas
94 é preciso ponderar que os casos estão aumentando novamente, tanto que eles
95 vão começar a aplicar uma terceira dose em pessoas com mais de 70 anos, sendo
96 que não tem nem 1 ano que estas pessoas receberam a segunda dose , portanto,
97 não é como a gripe que a pessoa recebe uma dose anual, e quando se pensa em
98 reunir em um auditório de um hospital pode aumentar o risco para as pessoas que
99 lá estiverem, então não recomenda que se faça uma reunião sem necessidade
100 dentro de um hospital, tanto pelo risco de quem for como pelo risco de levar para
101 quem está no hospital. A 1ª vice-presidente do conselho **Vaine Terezinha**
102 **Pizzoloto Marques** diz que o Fernando fez uma ponderação para que participem
103 apenas pessoas vacinadas. Vaine coloca que o local das reuniões ainda não está
104 definido e o possível retorno seria com as devidas precauções. O conselheiro
105 **Jurandir Rosa Pinto** coloca a disposição o anfiteatro do sindicato dos
106 aposentados para realização da reunião do CMS, pois em hospital não seria
107 viável. O conselheiro **João Martins** diz que esta decisão não deve ser por opção
108 individual de cada um, é complicado isso, o conselho deve defender a saúde, o
109 presencial é um risco, pois os conselheiros terão de transitar , pegar ônibus, é um
110 risco para as pessoas que estão no local, então fica preocupado com questão de
111 um conselho que deve pensar na coletividade e pela manutenção do isolamento
112 social, é algo muito contraditório esta posição da diretoria no sentido de defender
113 o isolamento para determinadas situações e em outras não exercer o isolamento
114 social. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz que quem decide isso é o pleno e não a
115 diretoria. Outro ponto é que ninguém vai para dentro de um hospital e sim procurar
116 outro local. Outro ponto é que se trata se um sistema híbrido, quem quiser vai e
117 quem não quiser não vai, então não está entendendo o posicionamento dos
118 conselheiros. O CMS aprova encaminhamento para que se busque um local
119 seguro e adequado para reuniões de forma híbrida. O conselheiro **Edvaldo Viana**
120 diz que teve informações que o setor de apoio social da SMS teve um aumento
121 muito grande depois da pandemia no número de pessoas buscando
122 medicamentos que não conseguem na UBS, então gostaria que o CMS aprovasse
123 apoio ao aumento no repasse de recurso para que o apoio social possa comprar
124 estes medicamentos e fornecer para os necessitados. A diretora **Valéria Barbosa**
125 (DAPS) explica que o programa de fornecimento de medicamentos refere-se a
126 medicamentos que não fazem parte da REMUME, o usuário procurar então o
127 apoio social e é feito uma avaliação da condição sócio econômica do paciente e
128 se ele preencher os critérios o medicamento é fornecido, sendo que de janeiro a

129 agosto mais de 2000 pacientes foram atendidos, hoje estas medicações são
130 adquiridas com recurso municipal e até o momento o contrato tem sido suficiente
131 para atender a demanda existente , logo, não há demanda reprimida para este tipo
132 de serviço. O conselheiro **Lincoln Ramos E Silva** diz que a proposta do Viana é
133 bastante prudente, se a pessoa procura um serviço e não consegue o benefício
134 que está procurando, o segundo passo disso é judicializar, algo que tem
135 aumentando muito nos últimos tempos, então é muito mais interessante para o
136 município agir preventivamente do que ter de fornecer pela via judicial que muitas
137 vezes acaba saindo mais caro do que fornecer o serviço. Lincoln diz ter
138 estranhado o fato de o conselheiro ter comentado sobre um problema pessoal
139 para conseguir o benefício e ao mesmo tempo a Dr^a Valéria ter falado que não
140 está havendo problemas de recurso com esta pasta. O conselheiro **Edvaldo**
141 **Viana** diz que realmente tem informações de pessoas que não conseguiram
142 medicamentos, então gostaria que a Dr^a Valéria encaminhe ao CMS toda
143 demanda atendida pelo apoio social nos últimos 90 dias, pois vai atrás de pessoas
144 que não conseguiram ser atendidas pelo apoio social para que eles possam dar
145 seu depoimento. Dr^a Valéria explica que são pacientes que tem receitas de
146 medicamentos que se ele não tomar coloca em risco sua vida ou agrava o seu
147 quadro de saúde, por exemplo, se o paciente aparecer com uma receita de
148 vitamina não vai ter, pois ele pode complementar vitamina por outras fontes, então
149 não é qualquer medicação que é fornecida, tem alguns critérios e normativas que
150 são levadas em consideração, mas todos os que se enquadram nos critérios são
151 atendidos, mas vai encaminhar ao conselho o relatório dos últimos 90 dias, só não
152 pode por o nome das pessoas, apenas quantos foram fornecidos. A diretora
153 Rosilene Machado explica que são medicamentos que estão na RENAME, então
154 não é qualquer medicamento, sendo que isso ainda passar por avaliação social. O
155 CMS aprova encaminhamento do relatório dos últimos 90 dias de medicamentos
156 fornecidos pelo apoio social, bem como os critérios válidos para fornecimento ou
157 não dos medicamentos. A diretora Rosilene Machado pede que a solicitação do
158 CMS seja feita por escrito. O diretor Patrick (DLMS) diz que as medicações
159 disponíveis no SUS são monodrogas e algumas medicações que as vezes
160 chegam no apoio social são drogas associadas, por exemplo, Losartana e mais
161 alguma coisa no mesmo comprimido, geralmente estes pedidos são indeferidos,
162 pois no SUS é priorizado o tratamento com monodrogas. Dando sequência a
163 reunião, o conselheiro **Edvaldo**
164 **Viana** diz que ficou pendente da reunião passada uma explicação sobre as
165 atitudes que a SMS tomou em relação a enfermeira que aplicou a vacina no caso
166 trazido ao conselho pelo Jurandir, pois não recebeu nenhum documento no
167 envelope a respeito do assunto. Dr^a Valéria responde que um documento com a
168 resposta sobre o assunto foi encaminhado ao CMS. O conselheiro **Edvaldo Viana**
169 diz que o documento não foi nos envelopes dos conselheiros, então gostaria que o
170 mesmo fosse lido. A 1^a vice-presidente do conselho **Vaine Terezinha Pizzoloto**
171 **Marques** faz a leitura do ofício SMS/DAPS nº 544/2021: Em resposta ao ofício

172 nº038/2021-CMS E Reiterando o ofício nº544/2021 de 24/08/2021 acerca da
173 imunização realizada na senhora Laiza Gonçalves Brezam Constantino, e acerca
174 do procedimento adotado por essa secretaria municipal à profissional que
175 administrou o imunobiológico, temos a informar que o incidente ocorrido não foi de
176 forma alguma proposital e não houve a intenção causar dano ao paciente. É
177 observado, segundo as imagens veiculadas na mídia social, que ao notar, por
178 desatenção, que o imunobiológico não havia sido injetado no tecido intramuscular,
179 imediatamente após a observância, seguiu-se a administração do imunobiológico.
180 Diante da ocorrência, a coordenação foi notificada e imediatamente convocou a
181 profissional em questão a fim de aplicar-lhe orientação acerca das técnicas
182 corretas a serem seguidas visando atendimento seguro e humanizado ao
183 paciente. Reforçamos que diariamente, antes da abertura deste serviço, a
184 coordenação, assim como as enfermeiras supervisoras realizam reunião com a
185 finalidade de educação continuada e permanente para manutenção da qualidade
186 do atendimento à população. Com fulcro no Art.25,1º e 2º, da lei nº12527/2011,
187 ressaltamos a necessidade do sigilo, que doravante transmitimos a esse conselho.
188 O conselheiro **Edvaldo Viana** diz que infelizmente o conselho não teve ata este
189 mês, mas alguns conselheiros podem lembrar que foi dito que foram tomadas
190 algumas providências sim e que elas seriam enviadas por escrito, mas pela
191 resposta entendeu que não foi feito nada por ter sido algo acidental no trabalho.
192 Drª Valéria responde que a profissional foi chamada para uma conversa, forma
193 refeitas as orientações, inclusive o documentado e encaminhado para o RH com
194 todos os documentos do ocorrido. Drª Valéria relata que conversou com a
195 paciente Laisa e ela mesmo disse que na hora a menina viu e não teve problema
196 nenhum, que sua mãe ficou preocupada na hora e que não vê problema nenhum,
197 pois estava vacinada e era isso que importava. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz
198 que o que foi pedido era o envio do documento oficial da providência que a SMS
199 tomou com a servidora, então que na próxima reunião seja enviado ao conselho a
200 cópia do documento onde foi tomada a providência. **Drª Valéria** diz que vai ter de
201 conversar com o jurídico, há um documento assinado por ela e não sabe dizer se
202 isso pode ser de acesso público, pois é algo para a funcionária, sendo que no
203 documento enviado ao conselho já consta o que foi feito. O conselheiro **Edvaldo**
204 **Viana** coloca que então os conselheiros devem acreditar que foram tomadas as
205 devidas providências se quiserem também. O conselheiro **Jurandir Rosa Pinto**
206 coloca que está acompanhado este caso, tem informações da mãe desta pessoa,
207 conversou com ela ontem a noite, mas resolveu não falar hoje sobre o caso devido
208 ao problema de não ter ata da reunião para analisar, pois precisa saber o que foi
209 escrito na ata em sua fala, e o Viana tem razão, pois ficou sabendo que o pessoal
210 foi até a casa de menina e ela ficou meio balançada e resolveu ficar quieta neste
211 caso. Já o caso da mãe dela está sendo periciado, pois foi entrado em contato
212 com prefeito e o secretário de tomaram uma providência urgente, a paciente já foi
213 atendida e ela vai ser periciada, pois o caso dela é do braço que ficou paralisado,
214 e o caso da menina a mãe já está tomando as providências para saber o que

215 realmente aconteceu, e está falando tudo isso porque o CMS é importante para a
216 comunidade, já que quando chega ao conselho os problemas que estão ocorrendo
217 na cidades as coisas parecem caminhar mais rápido. Jurandir cita o exemplo de
218 um caso de um aparelho de surdez, sobre o qual fez uma reclamação com o
219 secretário Felipe e a sua assessora Daniela, e felizmente foi possível mais rápido
220 e esta semana o paciente recebeu o aparelho auditivo, então é muito importante o
221 conselho e seu trabalho. Jurandir finaliza e pede que as informações sejam
222 enviadas por escrito, para que se possa comparar com as informações que a
223 família tem sobre o caso, pois tem informações que a família tem repassado. O
224 conselheiro Luiz Koury diz que são dois casos diferentes, uma pessoa que teve
225 problema no procedimento de aplicação da vacina, mas ao que parece na mesma
226 hora isso foi corrigido e a vacina aplicada, outra é uma complicação da vacina que
227 paralisou o braço da paciente. No tocante a paciente com braço paralisado, se
228 isso for verdade, se não for um processo inflamatória transitório que deixou a
229 musculatura mais fraca, isso é algo que tem de ser avaliado e passar por perícia,
230 se for realmente verdadeiro há um mecanismo para comunicar a Anvisa do efeito
231 adverso da vacina. No caso da moça que teve problemas na primeira aplicação da
232 vacina, isso foi respondido adequadamente pelo documento apresentado e é
233 correto o que a Dr^a Valéria falou sobre a consulta ao jurídico, pois em sua opinião
234 o documento que a servidora recebeu não é um documento público , neste caso
235 tem de acreditar na resposta que a Dr^a Valéria encaminhou, pois não tem nenhum
236 motivo para duvidar da resposta da Dr^a Valéria, da mesma forma que se pede
237 provas do que foi feito, é preciso também apresentar provas que a Dr^a Valéria não
238 é digna de confiança. Outro ponto é que os profissionais da saúde, assim como
239 todas as pessoas, não são infalíveis ou livre de cometer erros, pois ninguém é
240 perfeito, quando se descobre que algo saiu como não devia, deve-se atuar
241 preventivamente para que não ocorra novamente, mas sair a procura de culpados
242 e achar que a pessoa que errou fez de propósito vai acabar fazendo com que o
243 conselho não seja mais informado das falhas, pois as pessoas começam a ficar
244 com medo, imagina se a pessoas que errou foi mandada embora mesmo sem ter
245 errado propositalmente, será que em uma próxima eventualidade de engano a
246 pessoa que percebeu iria contar para alguém, então não é assim que se procede
247 nesta área, o que se deve é procurar saber o que houve neste evento adverso,
248 avaliar com prudência , afim de não se cometer injustiças. Seguindo os trabalhos
249 o conselheiro **Edvaldo Viana** diz recebeu a noticia que a UBS Fraternidade vai
250 passar por licitação e o prazo para execução é de 6 meses, então gostaria de
251 agradecer a SMS e ao prefeito e espera que a obra seja entregue a população da
252 Vila Fraternidade até o meio do ano que vem, pois eles estão precisando muito da
253 UBS. O conselheiro **Jurandir Rosa Pinto** agradece ao secretário Felipe
254 Machado e a sua assessora Dani pela atenção e resolução do problema no caso
255 dos pacientes que precisavam de aparelho auditivo. Seguindo os trabalhos o
256 conselheiro Edvaldo Viana diz que é de conhecimento de todos que todos os
257 conselhos de Londrina foram afrontados por um vereador da cidade, então vai

258 haver uma reunião no bancários para ver o que será feito como resposta imediata
259 ao vereador, então gostaria de ler a moção para que todos os conselheiros
260 tenham ciência do que o vereador falou. A 1ª vice-presidente **Vaine Pizolotto**
261 **Marques** faz a leitura da moção supracitada: *Moção de Repúdio à conduta do*
262 *Vereador Giovani Mattos (PSC) quando da sua manifestação em sessão Plenária*
263 *Ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2021 na Câmara de Vereadores de*
264 *Londrina/PR, no que diz respeito aos Conselhos Municipais neste município.*
265 *Considerando o contexto da votação do PL 76/2021 o qual cria o 29º Conselho*
266 *Municipal em Londrina, o Conselho de Direitos da População LGBT é que surge a*
267 *fala enviesada dentro da Câmara de Vereadores de Londrina que ataca a todos os*
268 *demais existentes na cidade. Considerando que, os Conselhos Municipais foram*
269 *criados por meio da Lei 8142/90, constituem-se de espaços públicos, formados*
270 *por representantes da gestão e da sociedade civil e garantindo a participação*
271 *popular na discussão das políticas públicas na definição dos planos de ação da*
272 *cidade, através de reuniões periódicas e eficazes; Considerando que, os*
273 *Conselhos são órgãos colegiados em caráter permanente e deliberativo, na*
274 *formulação de estratégias e no controle da execução política, inclusive, no que*
275 *tange aos aspectos econômicos e financeiros. Considerando que, os Conselhos*
276 *Municipais, os quais destituídos de personalidade jurídica, constituem no*
277 *organismo público, um mediador entre População e o Governo, com intuito de*
278 *formular políticas públicas, objetivando o atendimento das necessidades sociais.*
279 *Considerando, a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual*
280 *simboliza o momento fulcral do processo de redemocratização do País, lançando*
281 *bases, princípios e fundamentos norteadores do Estado Democrático de Direito no*
282 *Brasil. E, em seu artigo 1º, estabelece que ‘todo poder emana do povo, que o*
283 *exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta*
284 *constituição’. Considerando que, as garantias e os direitos fundamentais, os*
285 *direitos humanos, assim como os direitos sociais e civis tornaram-se alicerces,*
286 *meios e fins da consecução da efetiva democracia no Brasil. Considerando ainda*
287 *que, a participação popular é voluntária, sem qualquer remuneração e ou*
288 *vantagem; e se os conselhos tem uma atuação aquém do esperado deve-se a*
289 *falta de estrutura já comentada e cobrada a sua melhoria reiteradas vezes ao*
290 *longo das décadas ao poder público. Considerando que, o Estado tem o*
291 *compromisso, e acima de tudo, o dever de assegurar a participação da sociedade*
292 *na gestão das ações sociais públicas. Considerando que, não se pode restringir*
293 *nem prescindir do controle social sem ferir a Constituição, sem lacerar seus*
294 *princípios fundamentais, sem golpear a Democracia. Considerando que, em*
295 *termos administrativos e gerenciais, os Conselhos Municipais, representam*
296 *significativo reordenamento das relações socioinstitucionais na gestão das ações*
297 *e dos recursos e incentivos fiscais destinados às políticas públicas que são*
298 *repassados para o fundo dos conselhos, doravante, ancoradas em princípios*
299 *como descentralização, ação intersetorial, transversalidade e transparência;*
300 *Considerando por final que, os Conselhos tornaram-se em espaços de diálogo,*

301 *articulação entre setores sociais e representantes do Estado, de compartilhamento*
302 *de saber e de poder, de estruturação de novas linguagens, de novas práticas e de*
303 *novos conceitos. Constituíram-se, desse modo, em local privilegiado de*
304 *planejamento, realização e avaliação de políticas públicas, apoiados na noção de*
305 *transversalidade para superar a fragmentação dos conhecimentos e das*
306 *estruturas sociais a fim de produzir efeitos mais significativos na resolutividade*
307 *desses problemas. Os Conselhos Municipais de Londrina, abaixo assinado; vem a*
308 *público manifestar veementemente repúdio às declarações do vereador municipal*
309 *de Londrina, Giovani Mattos, realizada em sessão plenária da Câmara de*
310 *Vereadores, em 16 de setembro de 2021. Londrina, 21 de setembro de 2021. O*
311 **conselheiro Jurandir Rosa Pinto** afirma que os conselhos da cidade precisam se
312 unir e ter mais força perante o legislativo, executivo e o judiciário, então a reunião
313 citada pelo Viana foi muito importante e gerou o documento lido pela Vaine, não
314 pode um vereador eleito pelo povo falar de conselho constituídos por lei e que
315 trabalham para melhorar a cidade, aí o vereador fala que tem de acabar com os
316 conselho, sendo que estes servem para que os usuários possam levar suas
317 demandas para que isso chegue também aos vereadores, aliás, onde estão os
318 vereadores que não fiscalizam e não fazem sua obrigação, os conselhos hoje,
319 mesmo com sua precariedade, fazem a fiscalização, portanto, os vereadores
320 deveriam pensar melhor no que estão fazendo na câmara e ver qual é de fato sua
321 função, pois no passado vimos o que aconteceu na CML e que não deixaram criar
322 o CONCIDADE que teria uma força tremenda, já que sem os conselhos fica difícil
323 vir dinheiro para a cidade, se os conselhos se unirem e pararem a cidade também
324 para, então o vereador deve rever sua posição e pedir desculpas aos conselhos,
325 esse vereador parece que caiu do caminhão na cidade, inclusive nunca o viu
326 participar de algum movimento e depois fala uma coisa dessa, mas nada contra os
327 vereadores eleitos, respeita a todos, mas os conselheiros também foram eleitos,
328 participaram de conferência, são entidades que representam a cidade e foram
329 eleitas em conferência e não ganham um centavo para fazer o seu trabalho, aí
330 vem um vereador que caiu de paraquedas na cidade, se elege e quer mudar as
331 regras do jogo, isso é inadmissível, até esperava que a atual câmara fosse uma
332 renovação, mas parece que vai ser uma das piores de todos os tempos. O
333 conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** se posiciona favorável ao documento
334 apresentado e diz que existe outro documento também com manifestações
335 contrárias a fala do vereador, em função dos desconhecimento deste da lei, pois
336 em seu vídeo ele se coloca como o legítimo representante do povo, ou seja,
337 desconhece a legislação, já que cada um tem de seu papel, mas parece que ele
338 não conhece nem qual é papel dele enquanto vereador, quanto mais falar do
339 papel dos outros, ele faz parte de um sistema e o conselho de outro, que embora
340 não seja conflitantes, não devem se misturar, pois tem prerrogativas diferentes
341 perante a lei e que provavelmente ele desconhece. Lincoln prossegue e diz que
342 solicitou ao presidente do CMS que remeta ao ilustre vereador uma cópia da lei
343 para que ele talvez consiga entender qual é o papel dele e qual é o dos conselhos.

344 O CMS aprova de forma unânime a moção. Dando sequência a reunião, o
345 conselheiro **João Batista Martins** participou de uma reunião de discussão da
346 saúde mental da cidade. O MP ao longo de sua ação demandou da SMS o seu
347 planejamento de saúde mental. Há algumas reuniões o CMS discutiu uma proposta
348 de implementação de saúde mental na cidade, encaminhou uma série de
349 indicações para a SMS para que o documento fosse revisto, entretanto, na reunião
350 junto ao MP foi apresentado o mesmo documento apresentado no CMS, então
351 gostaria de saber da gestão se os apontamentos do CMS foram levados em
352 consideração e porque as sugestões dos conselheiros não foram contempladas. A
353 diretora Rosilene Machado explica que a promotora recebeu o documento antes
354 do CMS e que ficou se discutir todas as questões no GT de Saúde Mental.
355 Seguindo os trabalhos, a conselheira Juvira Barbosa Cordeiro (ALSM) diz que a
356 demanda da sua entidade é sobre ofício entregue ao conselho a respeito das
357 demissões do CAPS e que até agora não foi respondido. O conselheiro Joao
358 Martins diz que foi discutido um fluxo de caminhamentos de emergência e até o
359 momento está sendo implementado isso junto a algumas instituições, então
360 gostaria de saber se isso vai ser pautado na Comissão De Saúde Mental. A
361 diretora Rosilene Machado diz que foi justamente isso que ficou definido
362 anteriormente, pois assim os conselheiros podem ir pontuando os prós e contras e
363 como a SMS pode fazer essa reorganização junto com o CMS. O conselheiro
364 Joao Martins diz que o que estranhou é que as contribuições que o conselho fez
365 sobre o documento não constavam no documento apresentado ao MP, a única
366 diferença é que no documento do MP havia valores. A diretora **Rosilene Machado**
367 responde que essa valoração foi algo solicitado pela promotora. Esse documento
368 foi encaminhado para a promotora antes de ser apresentado ao CMS. A
369 promotora tem acompanhado a SMS no Coapes, e apesar de as vezes se falar
370 que o ambulatório de psicologia não seja necessário, isso é uma solicitação da
371 promotora para ampliação da psicologia, inclusive com as universidades, pois é
372 preciso dar vazão em algumas coisas, ele não é o ideal, mas é preciso, no
373 entanto, essas coisas são fáceis de se discutir lá no GT de Saude Mental e fazer
374 uma proposta de implementação. **Cláudia Denise** (SMS/DSCS) diz que era uma
375 proposta da Comissão de Saúde Mental, mas entrou uma pauta de mais urgência
376 sobre fluxo de atendimento da criança e adolescente, mas para a próxima reunião
377 essa questão vai ser discutida. No tocante a fala da Juvira, gostaria de se
378 desculpar pela falta de resposta, pois não se lembra de ter recebido o documento
379 por ela citado, mas vai procurar o documento e prontamente irá enviar uma
380 resposta a ALSM. Dando sequência a reunião, o conselheiro **Lincoln Ramos E**
381 **Silva** informa que a Comissão Executiva recebeu uma série de questionamentos.
382 A primeira demanda é um questionamento sobre como estava a lei sobre autismo,
383 mas talvez seja preciso trazer novamente essa demanda para executiva resgatar
384 o que é esta lei, o que está acontecendo e se o conselho vai fazer alguma
385 contribuição em relação a ela, provavelmente se trata de PL da CML
386 encaminhado ao conselho para parecer, algo que provavelmente ainda não foi

387 feito. Outra demanda é exames com problemas, um deles é espirometria, foi
388 solicitado a gestão que fizesse um levantamento de possíveis problemas e
389 respondesse ao conselho. **Cláudia Denise** (SMS/DSCS) responde que o exame
390 de espirometria é feito na Policlínica, este exame foi suspenso no período da
391 pandemia, pois como o espirometro envolve boca pode ter transmissão, quando
392 a pandemia diminuiu um pouco alguns exames mais específicos foram retomados,
393 porém o equipamento quebrou, não houve manutenção, então já foi iniciado um
394 processo de compra, além disso foi feito uma parceria com o laboratório Bayer e
395 eles vão ampliar a espirometria da SMS nos próximos dias. A diretora **Rosilene**
396 **Machado** diz que a fala da Claudia de que o aparelho não teve manutenção é
397 porque na verdade esse equipamento não tem como ser consertado. **Dr^a**
398 **Andressa** (SMS/DRAS) diz que no tocante aos demais exames, no mês passado
399 uma das clinicas que prestavam atendimento as gestantes saiu do quadro da
400 SMS, eles comunicaram o encerramento das atividades da clinica e fecharam as
401 portas, então houve um período de 10 dias em que diminuiu a oferta de
402 ultrassonografias obstétricas, mas isso já foi retomado pelo município e até
403 mesmo ampliado com um novo prestador que nunca havia trabalhado com a SMS,
404 fora isso as outras sonografias, tomografia, ressonância, o tempo de espera de
405 algumas ultrassonografias é dentro do próprio mês, no máximo no mês seguinte, a
406 tomografia o tempo de espera tem sido de no máximo 3 meses e a ressonância
407 magnética está com uma espera em torno de 4 a 5 meses, isso num risco
408 habitual, o paciente com risco maior consegue para o mesmo mês. Andressa
409 prossegue e diz que na MMLB começou a funcionar um equipamento de
410 ultrassonografia para atendimento de gestantes das unidades e também para o
411 ambulatório de ginecologia da Policlínica, então além do prestador novo a SMS
412 ganhou um serviço novo próprio de ultrassonografia. O conselheiro **Lincoln**
413 **Ramos e Silva** diz que outra demanda é como ficou a questão do Cismepar em
414 relação ao HZN e HZS e a relação com a FUNEAS. A diretora **Rosilene Machado**
415 responde que é o estado que tem o contrato com o Cismepar e o Cismepar com o
416 município, na verdade agora é o estado que quer ter o contrato e ai quem vai fazer
417 a gestão operacional seria a FUNEAS, mas até o momento o que a SMS fez foi
418 apresentar o contrato existente que é o que a SMS precisa, eles não fizeram ainda
419 nenhuma contra proposta e não pediram nada de mudança, então a SMS está
420 aguardando para ver se haverá alguma mudança neste nível. **Dr^a** Andressa diz
421 que até o momento a SMS e a DRAS não foram procurados pela FUNEAS ou
422 SESA para esclarecimentos do que vai acontecer, na próxima segunda foi
423 agendada uma reunião para tentar esclarecer como vai ser este novo período da
424 FUNEAS. O conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** diz que a 4^a demanda é que o
425 CMS foi provocado pelo conselho do idoso, o qual solicitou posicionamento oficial
426 do CMS sobre o direito de acompanhamento dos idosos durante internações e
427 observações em hospitais e congêneres, pois o CMDI recebeu diversas denúncias
428 de este direito estava sendo negado em diferentes instituições. Lincoln diz que a
429 secretaria do CMS irá encaminhar o documento para todos os conselheiros para

430 que o pleno decida como irá encaminhar essa questão. A diretora **Rosilene**
431 **Machado** diz que já há previsão legal que garante este acompanhamento, talvez
432 seja a questão do covid que tenha aberto uma exceção. O conselheiro **Lincoln**
433 **Ramos e Silva** diz que o estatuto do idoso, em seu artigo 16º, mas o CMDI está
434 alegando que algumas instituições, não cita quais, não estão respeitando esse
435 preceito legal. A diretora **Rosilene Machado** diz que o CMDI teria de citar quais
436 são as instituições, fica difícil assim, que tipo de instituição seria, se é hospitalar. O
437 conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** diz no documento não fala o nome das
438 instituições, mas o pessoal da região tem comentado que isso tem acontecido na
439 Santa Casa, HU e HZN, isto logicamente teria de ser verificado se é algo verídico
440 ou se a gestão tem alguma informação. O conselheiro Fahd Haddad (ISCAL) diz
441 que isso tem de ser avaliado, existem situações que o acompanhante não pode
442 ficar em função do risco de contaminação, então depende da situação, pelo que
443 sabe a maioria dos hospitais tem cumprido, mas tem que avaliar a questão da
444 patologia do doente e dos riscos envolvidos, a questão da covid tem causado
445 dificuldade para todos, principalmente devido a necessidade de isolamento do
446 paciente. O conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** diz que como o documento não
447 cita nenhuma instituição, talvez seria o caso de fazer apenas uma recomendação
448 a todas as instituições para que cumpram a lei, levando claro em consideração
449 cada situação. A conselheira Adriana (Consoeste) diz que tem uma preocupação
450 quanto a UBS Tóquio em relação ao termino do contrato dos servidores no
451 próximo mês de janeiro, no sentido de se já há uma estratégia sendo vista com
452 relação ao término desta contratação. Drª Valéria diz que quando é possível é
453 renovado o contrato, quando não é mais possível renovar, novos profissionais tem
454 sido chamados pelo teste, os atuais profissionais já foram renovados em julho e
455 vão até janeiro, mas até o momento a SMS não tem ficado sem, pois é repostado
456 com outro profissional quando não é mais possível a prorrogação do contrato. O
457 conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** questiona como está a situação dos
458 veterinários contratados por prazo determinado e se há alguma previsão de
459 concurso, seria prudente até a gestão apresentar um relatório da situação das
460 contratações temporárias e as soluções para estes casos. A diretora **Rosilene**
461 **Machado** responde que a SMS pode fazer este relatório. O conselheiro **Joao**
462 **Martins** pede que este relatório contemple outros profissionais e cita a importância
463 de um concurso público para contratar estes profissionais. Na sequência o CMS
464 passar a discutir o Relatório Quadrimestral. **Evilin Gorcks (SMS)** informa que o
465 documento foi enviado com antecedência aos conselheiros e se coloca a
466 disposição para esclarecimentos. Evilin informa que o conselheiro Fernando
467 Marcucci fez um questionamento sobre quantas ESF estão completas, quantas
468 não estão e quais os profissionais estão em falta. Drª
469 Valéria responde a SMS tem hoje 93 equipes, destas, 83 são homologadas, mas
470 destas 93 equipes, 22 são equipes incompletas e o município recebe parcialmente
471 por elas, destas 22 em seis falta auxiliar e em 16 falta auxiliar e enfermeiro. Evilin
472 diz que outro questionamento do Fernando foi se a SMS poderia encaminhar um

473 relatório das principais críticas de denúncias. A diretora **Rosilene Machado** (SMS)
474 diz que cobrou hoje da informática , pois como hoje a Ouvidoria registra todo
475 atendimento no SEI e que a partir daí perdeu os relatórios gerenciais que tem de
476 ser feito a mão em uma planilha de Excel, aí pediu para a informática formatar
477 códigos dentro do SEI da Ouvidoria para que se possa cadastrar palavras chaves
478 e no fim do mês usar isso para reunir um relatório usando estas palavras chave, a
479 informática respondeu que está quase pronto, mas ainda precisa de mais 1 mês e
480 meio, pois estão envolvidos com a questão das vacinas. A Evilin e o planejamento
481 fazem um levantamento manual e que precisaria de um maior detalhamento, mas
482 de forma geral, 46% das reclamações mais comuns foram relacionadas a covid,
483 como vacinação, cadastro indeferido, demora na validação do cadastro ou demora
484 para liberar a vacina, sendo que a SMS libera conforme disponibilidade da vacina.
485 Outros 26% das reclamações estão envolvidos com a UBS, principalmente em
486 relação ao atendimento telefônico e o primeiro atendimento da enfermagem, mas
487 a SMS está avaliando como pode melhorar estas situações. Cerca de 6% das
488 reclamações são em relação a fila de espera de especialidade. Os outros 25% são
489 as demais reclamações, relacionadas a Policlínica, serviço de urgência e
490 emergência, odontologia e protocolos de saúde. O conselheiro Lincoln Ramos e
491 Silva solicita que estas informações sejam encaminhadas ao CMS. O conselheiro
492 **Fernando Marcucci** questiona se a SMS está fazendo algum esforço para
493 completar as equipes desfalcadas. Fernando questiona que o SAD está há 8 anos
494 com o mesmo número de equipes e não é possível que a SMS não consiga
495 ampliar isso. Fernando coloca que a iniciativa de um ambulatório de fisioterapia da
496 Policlínicas é louvável, mas é preciso lembrar que são profissionais da atenção
497 primária que foram deslocados para atendimento ambulatorial, ou seja, serviços
498 completamente diferentes, logo, isso vai ter de ser revisto no futuro para que não
499 haja desassistência em nenhum destes atendimentos. **Drª Valéria** (DAPS)
500 esclarece que o modelo atual do ambulatório de fisioterapia é de atenção primária
501 e não de especialidade, pois ele atende o mesmo protocolo da atenção primária,
502 então o paciente só se desloca para a Policlínicas porque a mesma possui alguns
503 equipamentos que a SMS não consegue disponibilizar em todas as unidades, mas
504 são atendimentos da atenção básica, tanto que quando o caso é mais grave eles
505 são encaminhados para a clinicas especializadas, inclusive o profissional que
506 atende continua na atenção primária. No tocante as equipes incompletas, isso já
507 foi pontuado e a SMS está se empenhando para que nas próximas contratações
508 sejam focadas nos profissionais com jornada de 40 horas. O conselheiro **Lincoln**
509 **Ramos E Silva** agradece a SMS por ter incluído no relatório outras questões além
510 da Dengue, pois viu que entrou saúde ambiental, zoonoses, vigilância sanitária,
511 poderia entrar também um pouco da vigilância epidemiológica que faz muita coisa
512 e não aparece no documento, o serviço de Castramóvel. Lincoln pede para a
513 gestão coloque o indicador na página 82, se a meta está sendo atingida ou não,
514 pois pela informação atual não consegue ver isso. **Fernanda Fabrin** (DVS) diz
515 que vai verificar qual seria o objetivo da alteração solicitada, pois na verdade é

516 seguido um plano que já vinha sendo apresentado. O conselheiro **Marco Modesto**
517 (Sindserv) solicita que seja mais detalhada as informações de horas extras por
518 categoria. Eliane Sandra (SMS) solicita que o conselheiro faça por escrito e
519 solicite as informações que deseja para que a SMS possa responder. O
520 conselheiro **João Batista** questiona se é possível fazer uma diferenciação entre
521 os casos novos que aparecem no tocante ao Centro de Atenção Psicossocial, por
522 exemplo, há o quantitativo do número de atendimentos do CAPS 3, seria possível
523 diferenciar os casos novos do mês daqueles que já vinham sendo acompanhados.
524 Claudia Denise (DSCS) responde que o site do MS da saúde não pede esta
525 informação, mas pode ver com a equipe se esta informação pode ser incluída. O
526 conselheiro **João Batista** questiona se o quantitativo apresentado refere-se ao
527 atendimento. Claudia Denise (DSCS) responde que o quantitativo se refere ao
528 número de pessoas atendidas por serviço. Seguindo os trabalhos é passado ao
529 ponto de pauta “**Análise e Parecer do Projeto de Lei 55/2021**”. O conselheiro
530 **Lincoln Ramos e Silva** coloca que o referido projeto deve ser encaminhado para
531 a Comissão de Saúde Mental para análise e parecer o mais breve possível, então
532 o conselho vai pedir prorrogação de prazo. Na sequência o conselho passa ao
533 ponto de pauta “Apresentação do COAPES”. A diretora **Rosilene Machado**
534 explica que o COAPES surgiu de uma necessidade de atender melhor a questão
535 da formação e da relação das instituições de ensino com o centro formador e a
536 própria comunidade, como se contribui para a melhoria de qualidade da formação
537 dos profissionais de saúde e chamando eles para o SUS e para as necessidades
538 da comunidade. Rosilene realiza a apresentação e se coloca disposição para
539 esclarecimentos: COAPES. *Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde.*
540 *Deliberação CIB regional nº 14/2016. Portaria 636/2016. PORTARIA Nº 636, DE*
541 *16 DE DEZEMBRO DE 2016. SÚMULA: Institui o Programa de Integração,*
542 *Ensino, Serviço e Comunidade (PROIESC) da Autarquia Municipal de Saúde para*
543 *fortalecer a gestão da educação no âmbito da Autarquia Municipal de Saúde de*
544 *Londrina. O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE*
545 *SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO*
546 *PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º. Instituir o Programa*
547 *de Integração, Ensino, Serviço e Comunidade (PROIESC), no âmbito da Autarquia*
548 *Municipal de Saúde, com os seguintes objetivos: I – Fortalecer a gestão da*
549 *educação no âmbito da Autarquia Municipal de Saúde de Londrina; II – Organizar*
550 *os cenários das práticas de ensino, de forma a equilibrar as necessidades de*
551 *ensino com as necessidades do serviço de saúde, sem perder o foco na*
552 *comunidade que deve ser a maior beneficiária deste processo; III – Efetivar, com*
553 *as instituições de ensino e com a comunidade, o fortalecimento dos pressupostos*
554 *da estratégia Saúde da Família como modelo de atenção à saúde, adequando*
555 *conteúdos curriculares e práticas voltadas ao indivíduo em seu contexto familiar e*
556 *comunitário; IV – Viabilizar o cumprimento do Contrato Organizativo de Ação*
557 *Pública Ensino Saúde (COAPES), de acordo com o disposto no Termo de*
558 *Contrato do COAPES. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua*

559 publicação. Londrina, 16 de dezembro de 2016. Gilberto Berguio Martin – Diretor
560 Superintendente Autarquia Municipal de Saúde. PORTARIA Nº 637, DE 16 DE
561 DEZEMBRO DE 2016, SÚMULA: Institui Comissão de Integração Ensino-Serviço-
562 Comunidade – CIES Local do COAPES no âmbito da Autarquia Municipal de
563 Saúde de Londrina. O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA
564 MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA,
565 ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
566 Art.1º. Instituir a Comissão de Integração Ensino-Serviço-Comunidade – CIES
567 Local do COAPES, no âmbito da Autarquia Municipal de Saúde, visando garantir a
568 institucionalização das práticas de integração ensino serviço organizando e
569 avaliando de forma compartilhada o desenvolvimento dos estágios na rede de
570 serviços da Autarquia Municipal de saúde de Londrina, visando garantir a
571 qualidade das ações de ensino e assistência prestados à comunidade. Art. 2º. A
572 Comissão de Integração Ensino-Serviço-Comunidade – CIES Local do COAPES,
573 será formada por representantes das instituições que aderiram ao COAPES,
574 conforme discriminado abaixo: I. Secretário Municipal de Saúde e suplente; II. UEL
575 – 1 representante do Centro de Ciências da Saúde e suplente; III. UNIFIL - 1
576 representante dos cursos de saúde e suplente; IV. Universidade PITÁGORAS
577 UNOPAR - 1 representante dos cursos de saúde e suplente; V. Faculdade
578 Pitágoras de Londrina - 1 representante dos cursos de saúde e suplente; VI.
579 INESUL - 1 representante dos cursos de saúde e suplente; VII. PUC - 1
580 representante dos cursos de saúde e suplente; VIII. Colégio Mater Ter
581 Admirabilis/Irmandade Santa Casa -1 representante dos cursos técnicos de saúde
582 e suplente; IX. SENAC -1 representante dos cursos técnicos de saúde e suplente;
583 X. Colégio Estadual Albino Feijó Sanches - 1 representante dos cursos técnicos de
584 saúde e suplente; XI. Colégio de Aplicação Pedagógica da UEL Prof. José Aloísio
585 Aragão - 1 representante dos cursos técnicos de saúde e suplente; XII. Curso
586 Técnico da UNIFIL - 1 representante dos cursos técnicos de saúde e suplente; XIII.
587 Curso Técnico do IFPR - 1 representante dos cursos técnicos de saúde e
588 suplente; XIV. Regional de Saúde – 1 representante e suplente; XV. Conselho
589 Municipal de Saúde – 2 representantes (1 do segmento do usuário e 1 do
590 segmento do trabalhador) e suplentes; XVI. Representante da COREME da
591 AMS/PML; XVII. Representante da COREME da Irmandade da Santa Casa de
592 Londrina; XVIII. Representante da COREME do Hospital Evangélico de Londrina;
593 XIX. Representante da COREME do Hospital Universitário de Londrina; XX.
594 Representante da COREMU da UEL. Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data
595 da sua publicação. Londrina, 16 de dezembro de 2016. Gilberto Berguio Martin –
596 Diretor Superintendente Autarquia Municipal de Saúde. Secretaria Municipal de
597 Saúde/Autarquia Municipal de saúde - Carlos Felipe Marcondes, Machado
598 Rosilene Aparecida Machado, Universidade Estadual de Londrina - Airton José
599 Pettris, Sarah Nancy Deggav Hegeto de Souza, Representante COREMU da UEL-
600 Joice mara Cruciol, Kelly Tomenelli, Centro Universitário/UniFil - Heloisa Freire
601 Tsukamoto, Patrícia Lessa, Faculdade Pitágoras de Londrina - Marceli Zacarias,

602 *Patricia Janoário, Faculdade Pitagoras/ Unopar - Lorien Zacarias, Maria Helena*
603 *Mattosin, PUC - Evelin Muraguchi, Andréia Cristina Francisco, Colégio Mater Ter*
604 *Admirabilis/ISCAL - Fahd Haddad e Lia Takahashi, Curso técnico área da saúde/*
605 *SENAC - Lívia Borghi Bossetti, Roberta Fabiane Moreno da Silva Carvalho,*
606 *Colégio de Aplicação Pedagógica da UEL -Prof. José Aloísio Aragão, Ivete*
607 *Oliveira de Souza, Katia Silva Bufalo, Curso Técnico do IFPR - Marcelo Lupion*
608 *Poletti e Denise Albieri Jodas Salvagioni, Conselho Municipal de Saúde Londrina -*
609 *Laurito Porto de Lira Filho e Lincoln Ramos e Silva - Representante COREME*
610 *Santa Casa - Karen Fernandes - Representante COREME HU -Jacqueline Dario*
611 *Capobianco e Alcindo Cerci Neto, Representante COREME Evangélico - Denise*
612 *S. Pavan -Colégio Estadual Albino Feijó Sanches - Reginaldo Aparecido Silva e*
613 *Maria Ester de Moura e Silva, 17ª Regional de Saúde - Rosely Antunes da Silva*
614 *Alves e Maria Lucia Silva Lopes, COREME Autarquia Municipal de Saúde/AMS -*
615 *Beatriz Zampar e Sonia Orquiza, Curso Técnico da UniFil - Gabriela Maria*
616 *Gusmão Silva. 1) AÇÃO COLABORATIVA • Apoio em design, impressão de*
617 *protocolo entre outros; • Confecção de Banner (Banner prato saudável para UBS,*
618 *congressos);• Confecção de folders, vídeos educativos, criação de “logo”; •*
619 *Parceria para realização de eventos; 1) AÇÃO COLABORATIVA. Campanhas aos*
620 *jovens e trabalhadores das instituições de ensino Temas: IST (ex: local para*
621 *instalação de dispensar para preservativo masculino/feminino, os ambulatórios*
622 *das IEs passem a ofertar testagem rápida (o município pode treinar equipe bem*
623 *como oferecer testes); saúde mental uso abusivo de substancias psicoativas,*
624 *sofrimento psíquico, violência, prevenção de câncer, entre outros.1) AÇÃO*
625 *COLABORATIVA, • Apoio em design, impressão de protocolo entre outros; •*
626 *Confecção de Banner (Banner prato saudável para UBS, congressos); •*
627 *Confecção de folders, vídeos educativos, criação de “logo”; • Parceria para*
628 *realização de eventos; 1) AÇÃO COLABORATIVA, Campanhas aos jovens e*
629 *trabalhadores das instituições de ensino Temas: IST (ex: local para instalação de*
630 *dispensar para preservativo masculino/feminino, os ambulatórios das IEs passem*
631 *a ofertar testagem rápida (o município pode treinar equipe bem como oferecer*
632 *testes); saúde mental uso abusivo de substancias psicoativas, sofrimento*
633 *psíquico, violência, prevenção de câncer, entre outros. Ofertar os cursos e*
634 *capacitações incluindo nível médio, superior e técnico. CAPACITAÇÕES E*
635 *ATUALIZAÇÕES. Feridas. conteúdo a ser desenvolvido Saúde da Mulher Saúde*
636 *da Criança Nutrição,- Dislipidemias - Intolerâncias alimentares- Diabetes - Pós-*
637 *covid,- Alimentação/nutrição funcional, Saúde Mental, - Avaliações,*
638 *encaminhamentos de autismo, DI, transtornos de aprendizagem (relacionadas a*
639 *rede DITGD),- Avaliações, encaminhamentos relacionados a TDAH, - Tratamento*
640 *dos transtornos mais comuns na atualidade: Transtorno ansioso e depressivo*
641 *(técnicas mais atualizadas); Luto/ manejo do luto; Estresse pós-traumático;*
642 *Educação física, - Exercício Físico e doenças crônicas.- Exercício Físico no*
643 *tratamento da obesidade. - Exercício Físico no contexto da saúde da mulher (ex:*
644 *menopausa)- Exercício Físico no contexto do envelhecimento. Fisioterapia-*

645 *Fisioterapia Respiratória (adulto e criança), - Fisioterapia em Ortopedia - Recursos*
646 *em eletroterapia. 2) ESTÁGIO/VAZIO. ATENÇÃO BÁSICA. ZONA RURAL –*
647 *Educador físico, farmacêutico, psicólogo nas UBS de maior demanda Lerroville,*
648 *Guaravera, Warta, Irerê. Atendimento individual e grupos. CONSULTORIO NA*
649 *RUA - eCnaR: Residência multiprofissional e auxiliares de enfermagem para atuar*
650 *no atendimento à população moradora de rua; PROJETOS DE EXTENSÃO -*
651 *Ampliação de oferta de coleta de Citologia oncótica, estratificação de risco e*
652 *cadastramento da população do território/ acompanhado por docente; SAÚDE*
653 *BUCAL - Acompanhado pelo docente, para atendimento na UBS e ações nas*
654 *escolas dos territórios. • PROJETOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**
655 *Londrina InForma: Educadores físico, nutricionistas, grupos de Atividade Física;*
656 *Hortas nas UBS: Nutricionista; Programa Saúde na Escola: Educadores físico,*
657 *nutricionista, enfermagem, psicologia; Estratificação do Idoso: Fisioterapeutas e*
658 *Educadores Físico. *Com acompanhamento dos docentes. FARMÁCIA*
659 *MUNICIPAL - Atendimento: psicotrópicos, Paraná sem dor, medicação do apoio*
660 *social. • POLICLÍNICA - Residentes nas especialidades: endócrino, gineco, neuro,*
661 *uro, para matriciamento da atenção básica; ou telessaúde (projeto a ser*
662 *discutido); - Implantar um ambulatório de endometriose (multiprofissional); médico*
663 *GO, Nutrição, psicologia, serviço social, educador físico); • Ambulatório pós covid*
664 *(AB): Equipe multiprofissional; • Implementar o ambulatório TRANS/população*
665 *LGBTQIA+ e atendimento da PREPS/HIV/AIDS; - Psicologia, psiquiatria e ou*
666 *Residência multiprofissional e endocrinologia. SAÚDE MENTAL/ CAPS. -*
667 *Educador físico; - Nutrição; - Psicoterapia individual. • MATERNIDADE*
668 *MUNICIPAL. - Nutrição; - Fisioterapia para mulheres durante a permanência na*
669 *Maternidade (pré parto e puerpério); - Psicologia. • UNIDADE DE PRONTO*
670 *ATENDIMENTO. - Residência em radiologia (laudo); - Estágio Fisioterapia*
671 *Hospitalar – UPA Sabará (síndromes respiratórias); - Residência em ortopedia*
672 *consulta ambulatorial. DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Incluído na*
673 *reunião. • SAÚDE AMBIENTAL• SAÚDE DO TRABALHADOR • VIGILÂNCIA*
674 *SANITÁRIA • VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.4) SERVIÇOS. 1 - Disponibilização*
675 *de vagas para atendimento integrado pela regulação da AMS, na rede de atenção*
676 *à saúde com acesso regulado a ambulatórios das instituições de ensino: -*
677 *Psicologia consulta individual e grupos - demanda para 600 consultas individuais e*
678 *80 grupos/mês (3.200 pessoas); - Fisioterapia motora, pélvica (uro ginecologia),*
679 *Neurológica, Hidroterapia ; (em levantamento) - Fonoaudiologia criança e adulto*
680 *nível primário e secundário – 400 at. Mês; - Compra de Exames de imagem*
681 *ultrassonografia morfológica/obstétrica – 100 exames; - Ofertar ou comprar serviço*
682 *para Consulta de oftalmologia córnea, retina dos casos complexos(20 mês PC);*
683 *Consulta de hematologia (20 mês PC). 2 - Aquisição de uma Unidade móvel para*
684 *atendimento à saúde da mulher. NECESSIDADES DAS*
685 *SECRETARIAS.Secretaria Municipal do Idoso – maior preocupação com*
686 *problemas emocionais pós pandemia (tristeza, “depressão”) Secretaria Municipal*
687 *da Mulher – Saúde sexual reprodutiva (endometriose, dep.química, IST); atenção*

688 *clínica psicológica individual para terapia integral (situações de violência*
689 *pregressa); atendimento a população TRANS; Secretaria Municipal da Assistência*
690 *Social – Uso abusivo de álcool e outras drogas da população em situação de rua;*
691 *Secretaria Municipal da Educação – em levantamento porém as principais*
692 *demandas fonoaudiologia, oftalmologia, psicologia, neurologia, psiquiatria;*
693 *Questões de demandas levantadas na reunião dia 02 setembro • Psicologia para*
694 *as crianças/ família devido ao espectro autista; • Psicologia para as crianças em*
695 *situações de violência; • Inclusão das vigilâncias nos vazios de estágio; • Questão*
696 *da ausência da psicologia no ambulatório interno do HC para violência*
697 *física/sexual de crianças. O conselheiro **João Martins** pergunta se os campos de*
698 *estágio são demandas das instituições ou são as opções ofertadas pela PML.*
699 *Rosilene responde que todas as instituições têm um convênio com a PML que é*
700 *para todos os cursos, então eles os cursos da área da saúde procuram a SMS*
701 *para fazer as solicitações de campo que entendem ser necessário para a sua*
702 *disciplina. O conselheiro João Martins afirma que seria interessante isso ser o*
703 *inverso, por exemplo, a PML fazer um mapeamento de suas necessidades e*
704 *procurar as instituições. **Rosilene** responde que é justamente o que está*
705 *apresentando, pois tem esse instrumento de contrapartida, ou seja, parte das*
706 *dificuldades identificadas pela SMS, mas as instituições também têm algo a*
707 *cumprir pelo MEC, portanto, deve-se buscar o equilíbrio nesta relação. O*
708 *conselheiro **Lincoln Ramos e Silva** diz que este trabalho está sendo*
709 *reestruturado, foram poucas reuniões, então ainda vai levar um tempo para se*
710 *chegar a um bom termo para os dois lados. O conselheiro **João Martins** achou*
711 *muito bacana a apresentação, pois trabalhou muitos anos na universidade e teve*
712 *muitas dificuldades na implementação de atividades de estágio junto a PML, por*
713 *conta das mediações e burocracia em excesso, então essa iniciativa é excelente,*
714 *são vários projetos que contemplam a demanda e outros que podem ser*
715 *propostos. João diz que sua preocupação é que os estágios não cumpram o papel*
716 *de dar conta de uma demanda eternamente, ou seja, o estagiário não pode ser*
717 *aquele que vai substituir o profissional, o estágio é um espaço de aprendizado e*
718 *formação. A diretora **Rosilene Machado** diz que também tem essa preocupação,*
719 *mas o secretário deixou bem claro na primeira reunião que o objetivo não é*
720 *resolver os problemas de saúde com estagiários, inclusive nesta questão da*
721 *contrapartida, estavam patinando justamente por entender que era difícil isso para*
722 *eles e equilibrar e não perder o foco, a SMS tem sua missão e a instituição de*
723 *ensino tem a deles e não se pode mudar o cerne de ninguém, porém, eles*
724 *também fazem projetos de extensão as vezes não vinculados as necessidades da*
725 *SMS, então o que se pretende é buscar este equilíbrio. O conselheiro **João***
726 ***Martins** diz que a grande dificuldade é que os docentes as vezes não conhecem a*
727 *realidade concretamente, então essa ideia de trazer isso para as universidades é*
728 *excelente. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta “Informes”. O*
729 *conselheiro Jurandir Rosa Pinto informa que a UNIMOL e a MAMOL se uniram e*
730 *filiaram a FAMEP, que por sua vez está se filiando a CONAM nacional, que cuida*

731 de todas as associações de moradores do Brasil. Jurandir informa que assumiu
732 uma importante missão na entidade MCT – PR (Movimento Comunitário
733 Trabalhista). A conselheira Juvira Cordeiro (ALSM) informa que hoje, a partir das
734 19h00, inicia-se a 1ª Conferencia Regional Popular De Saúde Mental Do Norte do
735 Paraná – Apucarana e Londrina. A conferencia ocorre até amanhã as 17 horas e
736 todos estão convidados a participar por meio de vídeo conferência. A diretora
737 Rosilene Machado informa que no tocante ao Masterplan, houve uma licitação e
738 quem venceu foi a empresa Macroplan e o seu projeto chama Masterplan.
739 Rosilene informa que encaminhou para a secretária Sandra o endereço da
740 CODEL, pois é ela quem lidera este projeto Londrina 2040, e aí eles foram
741 formando comissões, mas mandou para a Sandra a estrutura do projeto. Rosilene
742 informa que eles fizeram várias pesquisas, foram elencadas 80 necessidades até
743 2040, destas, 10 foram selecionadas para projetos e esta consultoria vai trabalhar
744 com as áreas específicas, um deles é da saúde, salvo engano saúde tem 3 ou 4,
745 que é o fortalecimento da atenção básica/fortalecimento da ESF. A semana
746 passada eles procuraram o secretário para eleger algumas pessoas da área para
747 começar a desenhar este projeto, aí foi solicitado então para que o CMS fosse
748 incluído, então foi dado o acesso a eles do CMS, discutido o perfil e a Vaine
749 recebeu um convite para estar ajudando na próxima reunião , são 3 encontros
750 virtuais para uma melhor estruturação para aí poder expandir para mais pessoas,
751 sendo que eles convidaram também pessoas da sociedade civil para um olhar
752 sobre o programa. A conselheira Vaine Pizolotto informa que no dia 07/10 estará
753 participando de uma mesa redonda dos comitês de ética e pesquisa das
754 universidades da rede. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira
755 Silva e revisada pela secretária Sandra Bavia e passará por aprovação dos
756 conselheiros abaixo nominados.

Suplente	Carlos Felipe Marcondes Machado	
Titular	Rosilene Machado	
Suplente	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou
Titular	Joelma Aparecida de Carvalho	
Titular	Marco Antônio Modesto	
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	Ausente

Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	Ausente
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	
Titular	João Batista Martins	Justificou
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	Justificou
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	Ausente
Suplente	Ana Paula Gracindo	Ausente
Titular	Edmilson Garcia	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Justificou
Titular	Lincoln Vieira Magalhães	Ausente
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Fahd Haddad	Justificou
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Rita Domansky	
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	
Titular	Edvaldo Vianna	
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Ausente
Titular	Maria Ap ^a Silva Montes	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	Justificou
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	

Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Sem indicação	
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	sem indicação	
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Justificou
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	
Suplente	Edvaldo Zanutto	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Regina Ferreira de Souza	Ausente
Titular	Jurandir Pinto Rosa	
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Ausente
Titular	Ângelo Barreiros	
Suplente	Monica Ap ^a Cardoso	
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	
Suplente	Maria José Barbosa	
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	Ausente